



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

PARTICIPAÇÃO DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS NA IMPLANTAÇÃO CONJUNTA DO ENQUADRAMENTO E PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS NAS BACIAS DOS RIOS SANTA MARIA DA VITÓRIA E JUCU/ES

Monica Amorim Gonçalves¹, Paulo Renato Paim², Cristina Fiorin Marinato³

¹Analista de Recursos Hídricos do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo (IEMA/ES). Coordenadora pelo IEMA/ES do “Projeto Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu” – Cooperação Técnica IEMA e LabGest/UFES. Doutoranda em Oceanografia Ambiental pela UFES / monicaag.iema@gmail.com / (27) 3636 2543.

²Consultor do “Projeto Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu” / prpaim@terra.com.br.

³Pesquisadora Associada do LabGest/UFES. Bolsista do “Projeto Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu” / crismarinato@terra.com.br / (27) 3335 2675.

RESUMO

A gestão integrada e participativa dos recursos hídricos é um dos temas mais importantes e desafiadores da atualidade, recorrente nas agendas de diversos países e foco das políticas ambientais em nível global. O processo de valorização e modernização da gestão da água permitiu e exigiu um maior envolvimento e participação da sociedade, o que levou a uma maior conscientização social e aos princípios de gestão descentralizada e participativa. Contudo, a implementação dos princípios de gestão integrada, participativa e descentralizada apresenta-se como desafio constante aos atuais sistemas de gerenciamento de recursos hídricos e sua operacionalização é um desafio científico, político e institucional ainda não solucionado. O estado do Espírito Santo tem avançado na gestão ambiental e dos recursos hídricos a partir da criação do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA/ES, da Diretoria de Recursos Hídricos – DRH/IEMA, dos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs dos rios de domínio estadual e da implementação dos instrumentos da gestão de recursos hídricos como a Outorga. No entanto, o desafio de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

alcançar os princípios de gestão descentralizada e participativa ainda persiste. Neste contexto, para definir estratégias utilizando metodologias participativas, conforme preconiza a atual legislação, o IEMA/ES estabeleceu parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e os Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs para a realização do “*Projeto Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu*”, o qual visa implementar ambos instrumentos nas duas bacias hidrográficas mais importantes da Região Metropolitana da Grande Vitória de forma participativa desde as suas fases iniciais. Para a realização dos trabalhos foram realizadas reuniões e oficinas com representantes dos comitês de bacia, órgão ambiental e universidade. Após vários encontros, foram definidas pelos comitês de bacia, as etapas para a implementação dos instrumentos de forma conjunta e participativa, o termo de referência para contratação de empresa para elaboração dos estudos necessários à implementação dos instrumentos e uma proposta de capacitação a ser realizada com os membros dos comitês e a sociedade da bacia. As etapas propostas pelos comitês de bacia assumem que o Plano de Recursos Hídricos é um processo político de base técnica contendo três fases interdependentes: a definição dos objetivos e metas ou a definição dos usos futuros das águas por trecho da bacia hidrográfica; a identificação do conjunto de ações estratégicas e as condições técnicas necessárias para sua execução; e a viabilidade ambiental, social, cultural, econômica e financeira das suas ações. O Enquadramento é considerado como o primeiro passo do processo de planejamento dos usos das águas sendo considerado como o instrumento por excelência da gestão participativa dos recursos hídricos.

INTRODUÇÃO

A gestão integrada e participativa dos recursos hídricos é um dos temas mais importantes e desafiadores da atualidade, recorrente nas agendas de diversos países e foco das políticas ambientais em nível global. O processo de valorização e modernização da gestão da água permitiu e exigiu um maior envolvimento e participação da sociedade, o que levou a uma maior conscientização social e aos princípios de gestão descentralizada e participativa (Muñoz, 2000). Contudo, a implementação dos princípios de gestão integrada, participativa e descentralizada



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

apresenta-se como desafio constante aos atuais sistemas de gerenciamento de recursos hídricos e sua operacionalização é um desafio científico, político e institucional ainda não solucionado (Magalhães Jr., 2007).

A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/1997) e a Política Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo (Lei 5818/1998) propugnam que os Comitês de Bacias Hidrográficas são entes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos responsáveis por aprovar o Plano de Recursos Hídricos das bacias hidrográficas e propor ao órgão competente o Enquadramento dos Corpos de Água em Classes (Lei 5818/1998). Os comitês de bacia devem se envolver diretamente na condução dos processos de elaboração e implementação dos instrumentos de gestão a fim de garantir a efetividade e cumprimento dos acordos produzidos ao longo dos processos de elaboração dos instrumentos. No entanto, no atual contexto de gerenciamento dos recursos hídricos, os comitês de bacia apresentam muitas dificuldades para colocar em prática a enorme responsabilidade de deliberar sobre os usos futuros das águas numa bacia hidrográfica. Esta questão pode ser explicada, entre outros, pelo fato de as leis de recursos hídricos brasileiras, bem como os seus processos de discussão, serem relativamente recentes, ou seja, muitos membros dos comitês de bacia, analistas e técnicos dos órgãos ambientais e usuários de água, ainda precisam desenvolver ações prévias de formação e capacitação para a efetiva execução da Gestão Integrada de Recursos Hídricos.

Entre os instrumentos de gestão destacam-se o Enquadramento dos Corpos de Água em Classes e o Plano de Recursos Hídricos das bacias hidrográficas, instrumentos de planejamento que visam a fundamentar e orientar a implementação das políticas de recursos hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos, no caso dos planos (Lei 9433/1997) e assegurar qualidade compatível com os usos mais exigentes, diminuindo os custos de combate à poluição, no caso dos enquadramentos (Lei 9433/1997 e Lei 5818/1998)

Os Planos de Recursos Hídricos das bacias hidrográficas e o Enquadramento dos Corpos de Água em Classes, conforme as leis de recursos hídricos devem ser elaborados de forma participativa. No estado do Espírito Santo, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, através da Resolução CERH nº 28/2011 deliberou que o órgão gestor de recursos hídricos, com a participação e envolvimento dos comitês de bacia,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

poderão elaborar os planos e enquadramentos na inexistência de agência de bacia hidrográfica. A mesma resolução ressalta a importância da identificação de instituições parceiras que possam colaborar com a elaboração dos instrumentos e a importância da ampla divulgação dos estudos sobre planos e enquadramentos visando a possibilitar a participação, envolvimento e discussão das alternativas para solução dos problemas da bacia hidrográfica, fortalecendo a interação entre os usuários de recursos hídricos, o poder público e a sociedade civil, de forma a incorporar contribuições e promover o comprometimento dos atores. A resolução ainda enfatiza que a coordenação das ações de comunicação e divulgação nos processos de elaboração dos planos e dos enquadramentos deverá ser exercida pelo comitê de bacia hidrográfica em parceria com o órgão gestor de recursos hídricos (Resolução CERH nº 28/2011).

Atualmente, são poucas as bacias que têm implantados os planos de recursos hídricos e os enquadramentos de forma concomitante, participativa e integrada. No mesmo contexto, observam-se carências de suportes metodológicos capazes de apoiar os membros dos comitês na execução de suas tarefas buscando o envolvimento e participação da sociedade e o compromisso com os acordos políticos construídos para a sustentabilidade (Gonçalves et al., 2010).

Este fato torna-se ainda mais problemático quando consideramos que o impacto sobre a qualidade e a quantidade das águas está diretamente relacionado com a ocupação e o manejo do território da bacia hidrográfica e que por isso, a gestão da água deve ainda ser tratada como um amplo processo de gestão ambiental integrada cujo desafio é realizar a transição demográfica, econômica, social e ambiental rumo a um equilíbrio durável (Holling, 1995) e ao desenvolvimento sustentável das comunidades humanas. Portanto, a gestão integrada dos recursos hídricos, conforme preconizam as nossas leis, deve considerar as interações sistêmicas do meio ambiente, buscando respostas e soluções para problemas específicos de forma participativa.

Para dar suporte ao processo de implementação dos instrumentos Enquadramento de Corpos d'água em Classes e Plano de Recursos Hídricos, a ciência e tecnologia têm papel agregador, de possibilitar a integração de partes de um sistema que ainda não se encontra integrado. Dessa forma, através de pesquisa-ação, iniciou-se a implementação destes instrumentos de forma concomitante no estado do Espírito Santo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Tendo a pesquisa-ação o duplo compromisso de estudar um sistema e ao mesmo tempo colaborar com os membros do mesmo para alterá-lo buscando um conjunto de direções desejáveis, é necessário o envolvimento cooperativo/participativo dos pesquisadores e dos participantes representativos da situação. (O'brien, 2001; Thiollent, 1997). Com isso, a implementação dos instrumentos de forma participativa e descentralizada, apontam para o estabelecimento de compromissos entre as partes, sendo importante o desenvolvimento de métodos e técnicas que conforme Buarque (1999) servem tanto para a etapa de conhecimento da realidade como para a formulação de propostas e ações (políticas e programas). O mesmo autor aponta as oficinas de trabalho com atores sociais como um importante método de consulta estruturada à sociedade, sendo propício para a construção coletiva da percepção da realidade e definição de prioridades.

No estado do Espírito Santo as ações relacionadas à implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos e à definição de estratégias para a implantação dos instrumentos Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos, utilizando metodologias participativas, conta com um trabalho de parceria entre o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA/ES) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) através do Laboratório de Gestão de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Regional – LabGest/UFES do Departamento de Engenharia Ambiental, o qual vêm pesquisando metodologias para implementação do Enquadramento de Corpos de Água (Teixeira et al., 2007). Assim, de forma piloto, o “*Projeto Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu*” vem sendo desenvolvido desde 2009 com a participação e envolvimento dos respectivos comitês de bacias (CBH). O projeto visa o desenvolvimento dos planos de recursos hídricos e dos enquadramentos nas duas bacias da Região Metropolitana da Grande Vitória.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo descrever o processo de participação dos comitês das bacias hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu nas fases iniciais do processo de implantação conjunta do Enquadramento e do Plano de Recursos Hídricos.



MATERIAIS E MÉTODOS

Localização e Caracterização das Bacias

A Figura 1 mostra a localização das bacias hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu. Ambas as bacias apresentam múltiplos usos e tem importância fundamental para o estado do Espírito Santo com ênfase para a Região Metropolitana da Grande Vitória.

O rio Jucu possui 2.220 Km² em seis municípios. Suas nascentes estão situadas na região serrana do estado, em altitudes de até 1.800m e sua foz no município de Vila Velha, junto ao Oceano Atlântico, na Região Metropolitana, totalizando 166 Km de extensão. Os principais usos das águas na bacia incluem o abastecimento público, irrigação, pesca, atividades de turismo e lazer e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. Entre os principais problemas destacam-se o assoreamento, desmatamento, despejo de efluentes, queimadas, processos erosivos, uso de agrotóxicos e ocupação desordenada das margens (Silva, 2009).

O rio Santa Maria da Vitória ocupa área de 1844 km² abrangendo cinco municípios. Suas nascentes também se localizam na região serrana e sua foz no complexo estuarino “Baía de Vitória”, Região Metropolitana, percorrendo 122 km de extensão. As principais atividades econômicas da bacia incluem a geração de energia elétrica, abastecimento humano, pesca, irrigação, agropecuária, turismo e Unidades de Conservação. Os principais problemas são queimadas, ausência de mata ciliar, estradas mal planejadas, desmatamento, despejo de efluentes e ocupação desordenada (Silva, 2009).

Em ambas as bacias hidrográficas ocorrem o desenvolvimento e expansão de aglomerados urbanos e registram-se conflitos relacionados à perda da qualidade das águas decorrente da pressão antrópica (IEMA, 2009).

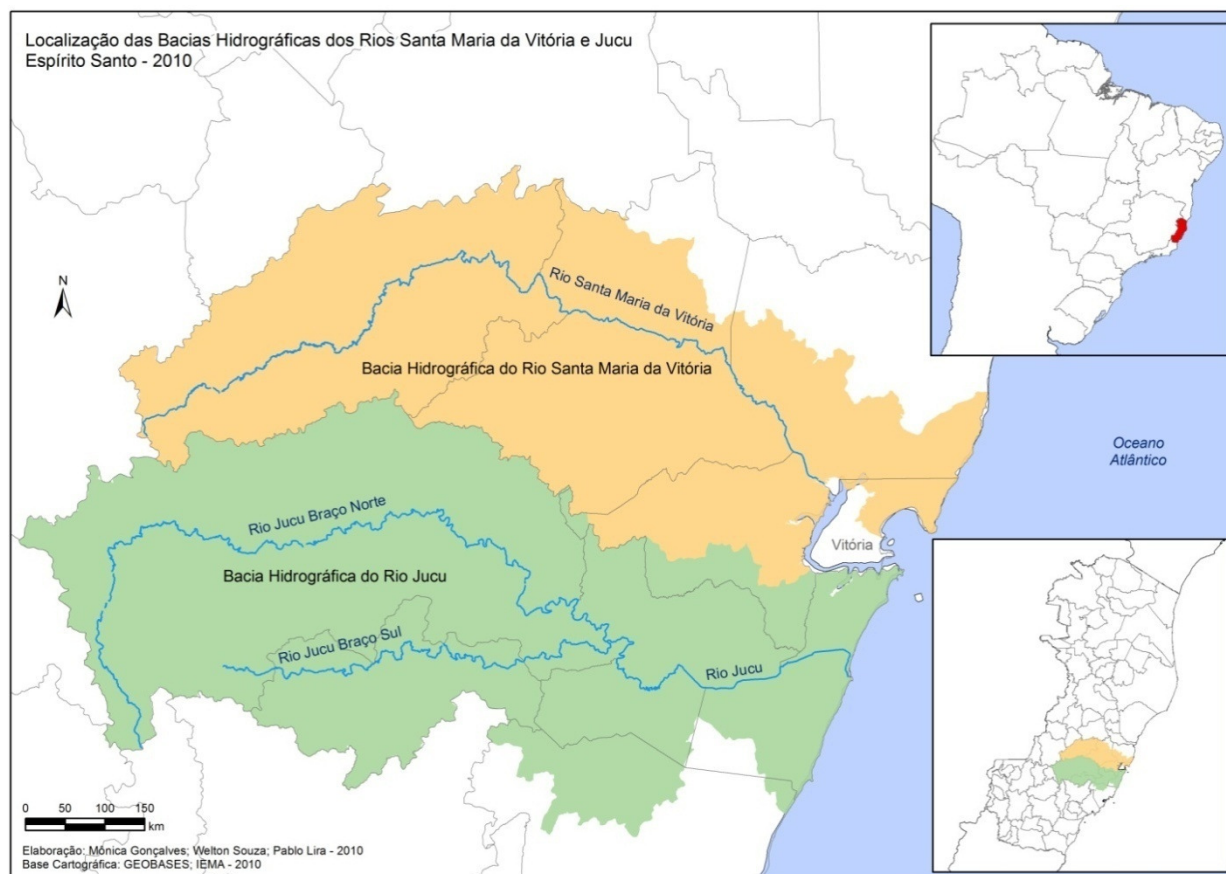


Figura 1: Localização das Bacias Hidrográficas Santa Maria da Vitória e Jucu.

O processo de formação dos comitês Santa Maria da Vitória e Jucu iniciou-se em 2005. A partir daí foram realizados diversos trabalhos visando atender às exigências da legislação para a criação de comitês de bacia e vencer as dificuldades da ausência de informações nas bacias estaduais. Foram realizadas diversas assembleias municipais e regionais para a eleição dos representantes da diretoria e plenários provisórios. No final de 2007 ambos os comitês tiveram seus decretos de criação assinados pelo governador do estado e no final de 2008 os processos eleitorais foram concluídos sendo constituídas as diretorias e plenárias definitivas (Silva, 2009). Atualmente, o CBH Jucu encontra-se com a sua segunda plenária, instituída em processo eleitoral concluído em maio de 2011 e o CBH Santa Maria da Vitória encontra-se com o prazo expirado para realização do



processo eleitoral desde dezembro de 2010 e atualmente apresenta dificuldades para a continuidade dos seus trabalhos.

A participação do CBH Santa Maria da Vitória na parceria entre o IEMA e a UFES iniciou-se no início de 2009 e a participação do CBH Jucu iniciou-se em dezembro de 2009.

Metodologia

O trabalho de parceria entre o IEMA, a UFES e os comitês de bacia é realizado na modalidade *Pesquisa-Ação* e até o momento as seguintes ações foram empreendidas:

- 1) Definição do Roteiro Geral Metodológico (RGM);
- 2) Definição do Termo de Referência (TdR) para contratação de serviço especializado para a realização dos trabalhos;
- 3) Definição da Proposta de Capacitação.

Na definição das ações mencionadas acima as seguintes etapas metodológicas foram realizadas:

- 1- Estabelecimento de parceria entre o IEMA e a UFES;
- 2- Envolvimento de comitê de bacia para o desenvolvimento de procedimento metodológico;
- 3- Realização de Seminário sobre Enquadramento para debate do tema no âmbito do Estado;
- 4- Decisão de elaborar o Plano de Recursos Hídricos de forma conjunta com o Enquadramento;
- 5- Realização de oficinas e reuniões para definição do Roteiro Geral Metodológico, do Termo de Referência e da Proposta de Capacitação.

RESULTADOS

A proposta de Roteiro Geral Metodológico (RGM) foi elaborada considerando o conceito de Planejamento Estratégico Situacional de acordo com Carlos Matus (Matus, 1989). Este conceito considera que *“a verdade e as propostas estão em algum lugar entre os atores planejadores”* e pressupõe *“o conflito de idéias, a negociação e o compartilhamento do poder decisório”*.

Cada proposta é resultante de um processo negociado e prevê um *“poder ser”*. Logo, o final do processo de planejamento é *“aberto”* (Matus, 1989). Com essas



características, o processo pressupõe a participação dos envolvidos de forma ativa. Assim, os procedimentos metodológicos descritos na proposta apresentada aos comitês de bacia apresentam essa forma e intensidade de participação dos representantes, bem como sugere maneiras desses representantes exercerem a representatividade.

Os aspectos normativos do planejamento clássico, no caso da gestão dos recursos hídricos, representados pelos instrumentos de comando e controle como a outorga, são considerados como parte do Plano de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica.

Neste contexto, deve-se considerar que as ações de um comitê de bacia somente poderão estabelecer uma condição de inovação social se for garantida a representação com representatividade. As metodologias de planejamento precisam resolver questões tais como: a crise da representação; a participação como "*aparência*"; a distância entre as decisões sobre usos futuros da bacia e as razões simbólicas e práticas atuais de seus usuários; a falta de hábito do estabelecimento de critérios de gestão compartilhados entre diferentes atores sociais; o incipiente reconhecimento dos comitês no âmbito dos governos e do público em geral e a deficiente inserção social (Dalpiaz, 2000).

A proposta de RGM considera que o Plano de Recursos Hídricos é um processo político de base técnica e o Enquadramento é o primeiro passo do processo de planejamento dos usos das águas, instrumento capaz de promover a gestão participativa dos recursos hídricos. O processo apresenta três fases interdependentes:

- 1- A definição dos objetivos e metas, ou seja, a definição dos usos futuros das águas por trecho da bacia hidrográfica;
- 2- A identificação do conjunto de ações estratégicas e as condições técnicas necessárias para sua execução;
- 3- A viabilidade social, cultural, ambiental, econômica e financeira das suas ações.

A metodologia de participação social na gestão das águas se dá por meio da mobilização dos cidadãos e dos grupos sociais através do comitê de bacia, tendo como pilares a construção coletiva da informação ou diagnóstico participativo, a clareza do objeto em torno do qual se mobilizar ou a definição dos usos futuros das águas e a existência de um espaço institucional decisório bem definido, representado pelo comitê de bacia hidrográfica.



As etapas deste trabalho, adaptadas de Matzenauer (2003) e já testadas em pesquisa desenvolvida pelo LabGest/UFES na bacia hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória (Teixeira et al., 2007), são:

a) Identificação do Contexto Decisório

- Identificação das relações de causa e efeito que caracterizam o cenário atual das condições de qualidade e quantidade das águas da bacia hidrográfica sob o ponto de vista técnico - Diagnóstico;
- Identificação dos atores estratégicos ou decisores nas categorias do comitê de bacia hidrográfica e das melhores condições de circulação da informação, de intercâmbio entre o saber técnico e o saber social e das condições e grau de representatividade dos integrantes do comitê;
- Identificação de elementos complementares ao diagnóstico técnico a partir do olhar dos decisores e de seus representados.

b) Estruturação do Problema

- Apropriação pelos decisores do significado do processo de planejamento dos usos das águas e das conseqüências estratégicas e práticas do Enquadramento e do Plano de Recursos Hídricos;
- Validação e apropriação do diagnóstico e construção definitiva do cenário atual da bacia hidrográfica;
- Identificação de parâmetros (físicos, sociais, econômicos e culturais) com os quais serão avaliadas a(s) alternativa(s) de Enquadramento e o estabelecimento da hierarquia e do valor relativo entre os mesmos.

c) Construção dos Resultados – Enquadramento e Plano de Ações

- Definição de um Pré-Enquadramento a partir das consultas realizadas pelos decisores e de sua própria atuação;
- Avaliação técnica das conseqüências do Enquadramento, segundo os parâmetros definidos e hierarquizados anteriormente;
- Construção da versão final do Enquadramento;
- Consolidação do rol de necessidades e definição das prioridades e prazos.

O RGM foi enviado com antecedência para todos os membros dos comitês. As primeiras oficinas de trabalho para discussão e definição da proposta foram realizadas em abril de 2010 na sede do IEMA. Posteriormente, no mês de julho, foram realizadas

oficinas em cidades que abrangem áreas de cabeceiras das respectivas bacias hidrográficas. A Tabela 1 mostra as atividades da proposta de Roteiro Geral Metodológico (RGM) discutida e aprovada pelos membros dos dois comitês.

Tabela 1: Atividades propostas no Roteiro Geral Metodológico. Fonte: Gonçalves et al., (2010).

Proposta de Roteiro Metodológico			
Nº	Atividade	Descrição	Objetivo
1	Instalação da Comissão de Acompanhamento		Orientar e Coordenar as tarefas do processo de planejamento
2	Lançamento do Processo		Divulgar e Mobilizar a sociedade para envolvimento no processo
3	Definição das Unidades de Planejamento		Criar uma noção de pertencimento e envolver os membros dos Comitês de Bacias no processo
4	Definição das Variáveis do Diagnóstico		Conhecer a realidade e estabelecer relações de causa e efeito das condições de qualidade e quantidade de água
5	Diagnóstico		Levantar e Avaliar de forma integrada a situação atual dos recursos hídricos na bacia hidrográfica
6	Cenário de Enquadramento		Conhecer a vontade da sociedade para a bacia hidrográfica
7	Avaliação dos Graus de Dificuldade		Avaliar os graus de dificuldades para o cumprimento do cenário de Enquadramento proposto
8	Plano de Recursos Hídricos		Apresentar um rol de ações necessárias para o cumprimento das metas de Enquadramento propostas
9	Divulgação dos Resultados		Informar a sociedade sobre o Enquadramento e suas conseqüências e o acordo social e político do Plano de Recursos Hídricos

Após a definição das etapas do RGM o Termo de Referência (TdR) para contratação de serviços especializados para a execução dos trabalhos, foi elaborado e enviado aos comitês de bacia para análise. As etapas contidas no TdR incluem conceitos introdutórios; objetivo geral; caracterização das bacias hidrográficas; contexto metodológico; objeto; estrutura e diretrizes gerais para as atividades preliminares, diagnóstico e prognóstico, cenários futuros e de Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos; diretrizes gerais para a elaboração de propostas; prazos, valores e cronograma;



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

produtos e desembolsos; equipe de trabalho; condições adicionais para a execução de propostas e dos estudos e RGM anexo.

O TdR proposto não é um documento exaustivo, sendo importante o entendimento e aprovação dos aspectos conceitual e filosófico pelo comitê, estando estes compatíveis com os objetivos definidos pelo mesmo. Assim, espera-se que a empresa aponte uma proposta técnica adequada, permitindo mostrar o que *"ela é capaz de fazer"*.

Estando a linha metodológica clara e sendo a mesma preponderante para os trabalhos, o que poderá diferenciar uma empresa de consultoria da outra, é a apresentação das diferentes linhas de trabalho de cada uma. Desse modo, as empresas precisam *"se mostrar"* metodologicamente, devendo ser flexíveis, a fim de receber contribuições e contribuir no desenvolvimento da pesquisa, que busca garantir uma implementação coerente à metodologia participativa do RGM.

A participação dos comitês na definição do TdR incluiu a realização de reuniões entre os membros que se consideravam aptos para análise do documento. As contribuições foram recebidas pelo órgão gestor e pelo consultor responsável pela elaboração da proposta inicial do TdR e acompanhamento dos trabalhos. Para análise final, os comitês solicitaram a realização de reunião envolvendo o consultor, o IEMA e a UFES. Em fevereiro de 2011 foram realizadas reuniões com ambos os comitês de bacia para discussão e esclarecimentos sobre o TdR. As contribuições dos comitês foram incorporadas ao documento e o mesmo foi validado pelo órgão gestor de recursos hídricos e pela UFES sendo posteriormente enviado para início do processo licitatório.

Durante as primeiras oficinas para definição do RGM, ambos os comitês manifestaram a necessidade de ações de capacitação relacionadas à compreensão do papel do comitê de bacia e dos instrumentos de gestão de recursos hídricos. De comum acordo, os comitês, o IEMA e a UFES definiram que a capacitação deveria ser realizada ao longo do processo e em encontros específicos para esse fim durante o período licitatório com o objetivo de garantir a mobilização dos membros.

A Proposta de Capacitação elaborada em parceria pelo consultor, a UFES e o IEMA inclui os eventos, objetivos, formato, público-alvo, conteúdos e produtos esperados, conforme apresentados na Tabela 2.



A Proposta de Capacitação foi apresentada e discutida em reuniões com os presidentes de ambos os comitês e os membros da comissão de acompanhamento do projeto. No entanto, os comitês encontravam-se em período de processo eleitoral e definiram por realizar a capacitação após as eleições.

Os comitês de bacia dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu têm 24 e 27 membros, respectivamente. A figura 2 mostra o número de participantes nas oficinas realizadas em abril e julho de 2010, na reunião final para definição do TdR e na última reunião para discussão da Proposta de Capacitação. Os números apresentados na Figura 2 incluem membros de comitês e representantes da UFES e do IEMA.

Tabela 2: Estrutura da Proposta de Capacitação apresentada e discutida com os comitês de bacia.

Proposta de Capacitação					
Evento	Objetivo	Público	Formato	Conteúdos	Resultados Esperados
Seminário Técnico	Trocar informações, integrar equipes.	UFES e IEMA	Seminário Técnico com apresentações de estudos de caso e debates	Água como fator limitante ou indutor de desenvolvimento sustentável; Política de recursos hídricos; Planejamento do uso da água; Integração da política de recursos com outras políticas públicas; Processos participativos	Técnicos com maior conhecimento sobre experiências metodológicas de planejamento de recursos hídricos na busca pela sustentabilidade e percepção da integração necessária para o desenvolvimento do projeto.
Workshop	Capacitar de representantes dos comitês de bacia, trocar experiências	Membros dos comitês, IEMA e UFES	Oficina de Trabalho com apresentações de estudos de caso, debates e simulação do Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos	Água como fator limitante ou indutor de desenvolvimento sustentável; Política de recursos hídricos; Planejamento do uso da água; Integração da política de recursos com outras políticas públicas; Processos participativos; Papel do comitê; Contexto da gestão dos recursos hídricos nas duas bacias	Plenários capacitados para o processo de Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos e mobilizados para suas tarefas permanentes
Workshop	Envolver profissionais de comunicação nos processos de planejamento dos usos das águas	Profissionais de comunicação da mídia regional, assessores de comunicação do IEMA, da UFES e das Prefeituras	Oficina envolvendo teoria e prática	Água - escassez, valor social, econômico, simbólico; Saúde pública, desenvolvimento e preservação; Participação do cidadão; Papel da mídia; Gestão – Política de Recursos Hídricos e desenvolvimento; Planejamento do uso da água; Processos participativos; Papel do comitê; Contexto da gestão dos recursos hídricos nas duas bacias; Papel da mídia	Processos de planejamento dos usos das águas tratados com competência na mídia regional e nas assessorias de comunicação das entidades envolvidas
Reunião Ampla de Difusão de Informação	Informar a sociedade sobre o planejamento dos usos da água numa construção coletiva; o papel de cada representante num comitê de bacia; divulgar o	Representados por grupos de categorias dos comitês	Reuniões amplas de informação, esclarecimento e mobilização	Água - escassez, valor social, econômico, simbólico; Saúde pública, desenvolvimento e preservação; Participação do cidadão; Papel da mídia; Gestão – Política de Recursos Hídricos e desenvolvimento; Planejamento do uso da água; Processos	Atores da sociedade das bacias hidrográficas mobilizados e com senso de co-responsabilidade sobre os usos e as condições futuras das águas de suas regiões



	processo; informar o papel do IEMA e dos comitês de bacia; colaborar com a mobilização			participativos; Papel do comitê; Contexto da gestão dos recursos hídricos nas duas bacias	
--	--	--	--	---	--

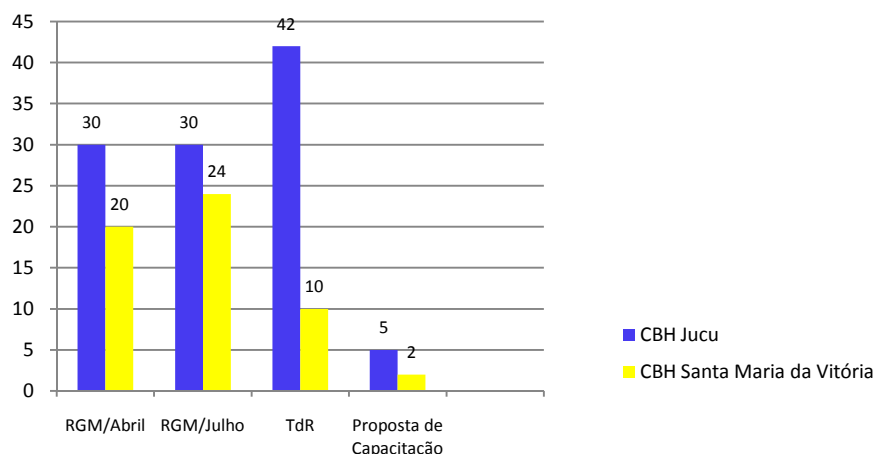


Figura 2: Número de participantes nas oficinas/reuniões para definição de Roteiro Geral Metodológico, Termo de Referência e Proposta de Capacitação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção de uma metodologia participativa (em desenvolvimento) para a elaboração e implementação de instrumentos da gestão dos recursos hídricos, até o momento, nos permite fazer as seguintes considerações:

- Os membros dos comitês de bacia e representantes do órgão gestor necessitam de formação e capacitação sobre gestão descentralizada, participativa e integrada de recursos hídricos;
- Dúvidas metodológicas na realização/condução de processos participativos na implementação dos instrumentos de planejamento dos usos dos recursos hídricos, conforme a atual legislação, ainda persistem de maneira contundente e recorrente;
- A importância dos instrumentos de planejamento ainda não é reconhecida pelos atores envolvidos na gestão dos recursos hídricos;
- A falta de integração entre as políticas de recursos hídricos, ambiental e municipais, a falta de uma *cultura* de participação e a falta de credibilidade das instituições gestoras podem comprometer o sucesso de processos participativos no planejamento de recursos hídricos;



- As dúvidas metodológicas e a falta de integração, participação e credibilidade podem caracterizar um período de transição vivenciado pela gestão de recursos hídricos no Brasil;
- Os comitês de bacia apresentam diferentes preocupações relacionadas à gestão de recursos hídricos e os instrumentos de planejamento nem sempre são considerados como prioridade;
- No avanço do conhecimento, o processo de desenvolvimento de pesquisas sob o enfoque da “ação participativa” tem-se mostrado enriquecedor no que se refere à integração de saberes científicos e técnicos locais/regionais.

Como perspectiva, ressalta-se que a metodologia participativa que está sendo construída poderá subsidiar os processos de implementação do Enquadramento e de Planos de Recursos Hídricos em outras bacias no estado do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. 1997. **Lei Federal n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Versão publicada pela ABRH - Comissão de Gestão, São Paulo, 31 de janeiro de 1997.

BUARQUE ,S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA. Brasília,1999.

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH. 2011. Resolução 28 N° 28, de 15 de fevereiro de 2011. (Disponível em www.meioambiente.es.gov.br, consulta em 08/04/2011).

Dalpiaz, L.H. 2000. **A pesquisa como problema: elementos de um método de pesquisa-formação no serviço social**. VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS. 1, 240-246.

Espírito Santo. 1998. **Lei Estadual nº 5.818, de 31 de dezembro de 1998**. Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos e cria o Sistema Integrado de Gerenciamento e Monitoramento dos Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo – SIGERH/ES. Versão publicada pela Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo. Vitória. 1998.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Gonçalves, M.A. Paim, P.R., Marinato, C.F., Teixeira, E.C., Souza, W.F. Definição de Roteiro Metodológico para implantação conjunta e participativa do Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu-ES. In: II Simpósio PCJ “Experiências em Gestão de Recursos Hídricos por Bacia Hidrográfica”, 2010, Atibaia-SP. **Anais...** Atibaia-SP: Consórcio PCJ, 2010. 1 CD-ROM.

Holling, C.S. 1995. “**What Barriers? What Bridges?**” in **Barriers & Bridges to the Rezenal of Ecosystems and Institutions**. Nova York: Gunderson, Holling and Light Columbia University Press, p. 15.

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo – IEMA/ES. 2009. **Dados das Bacias Hidrográficas do Espírito Santo**. Laboratório de Geomática / Gerência de Recursos Naturais – GRN/IEMA.

Magalhães Jr. A. P. 2007. **Indicadores Ambientais e Recursos Hídricos: realidade e perspectivas para o Brasil a partir da experiência francesa**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 688p.

Matus, C. 1989. **Adeus Senhor Presidente**. Recife: Litteris. 204p.

Matzenauer, H. B. 2003. **Uma Metodologia Multi-critério Construtivista de Avaliação de Alternativas para o Planejamento de Recursos Hídricos de Bacia Hidrográfica**. Porto Alegre. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 669p.

Muñoz, H.R. 2000. Razões para um debate sobre as interfaces da gestão dos recursos hídricos no contexto da Lei das Águas de 1997. In: **Interfaces da gestão de recursos hídricos – Desafios da Lei de Águas de 1997** (Organizado por H. R. Muñoz). 2 ed. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos. 422p.

O'Brien, R. (2001). **Um exame da abordagem metodológica da pesquisa Ação [An Overview of the Methodological Approach of Action Research]**. In Roberto Richardson (Ed.), *Teoria e Prática da Pesquisa Ação [Theory and Practice of Action Research]*. João Pessoa, Brazil: Universidade Federal da Paraíba. (English version) Available: <http://www.web.ca/~robrien/papers/arfinal.html> (Accessed 20/1/2002).

Teixeira, E.C., Paim, P.R., Tedesco, A.N.S., Mendonça, A.S.F., Pereira, C.B. 2007. Simulação do processo de enquadramento do Rio Santa Maria da Vitória/ES com



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

participação do comitê de bacia. **Anais...** XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. ABRH Local (São Paulo).

Silva, A.F.P. 2009. **Documento agenda das bacias estratégicas, rios Jucu e Santa Maria da Vitória** / Alberto Pêgo. Vitória/ES:Instituto Ecobacia. Cariacica/ES: IEMA. 60p.

Thiollent, M. **Pesquisa-Ação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.